

Editorial 13

Ponto de Vista 15

Comissão Nacional da Verdade, 15
Claudio Fonteles

Artigos Doutrinários 17

O princípio do devido processo legal e a conciliação, 17
Reynaldo Soares da Fonseca
Rafael Campos Soares da Fonseca

A institucionalização da ética na Administração Pública, 23
Eduardo Amin Menezes Hassan

Inovações Legislativas 31

Lei 12.794, de 02/04/2013.

Lei 12.799, de 10/04/2013.

Medida Provisória 608, de 28/02/2013.

Medida Provisória 609, de 08/03/2013.

Decreto 7.943, de 05/03/2013.

Decreto 7.944, de 06/03/2013.

Decreto 7.947, de 08/03/2013.

Decreto 7.950, de 12/03/2013.

Decreto 7.953, de 12/03/2013.

Decreto 7.957, de 12/03/2013.

Decreto 7.962, de 15/03/2013.

Decreto 7.963, de 15/03/2013.

Decreto 7.971, de 28/03/2013.

Decreto 7.975, de 1º/04/2013.

Acórdãos — Inteiros Teores 35

Corte Especial – Queixa-crime. Descrição genérica dos fatos. Inépcia da inicial, 35
Petição Criminal 0072918-85.2010.4.01.0000/GO
Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Corte Especial – Concurso público. Reserva de vagas para portadores de deficiência. Critérios para arredondamento de vagas, 41

Mandado de Segurança 0056846-86.2011.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Primeira Seção – Juiz do JEF. Honorários contratuais. Destaque. Faculdade, 46

Numeração única: 0004916-97.2009.4.01.0000

Mandado de Segurança 2009.01.00.008519-2/PI

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Primeira Seção – Ações propostas por segurados ou beneficiários contra o INSS. Juizado Especial da Fazenda Pública, 49

Mandado de Segurança 0010565-72.2011.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Segunda Seção – Art. 396-A do CPP. Indeferimento do pedido de expedição de ofício para localização de testemunha, 51

Mandado de Segurança Criminal 0058538-86.2012.4.01.0000/MG

Relatora: Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho (convocada)

Terceira Seção – Concurso público. Prova dissertativa. Correção, 55

Numeração única: 0001036-24.2005.4.01.3400

Embargos Infringentes 2005.34.00.001016-1/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Terceira Seção – Dívida contratual. Exclusão do nome da empresa de cadastro de inadimplentes. Simples existência de ação judicial para discussão do débito. Motivo para impedir inscrição. Insuficiência, 59

Numeração única: 0003935-40.2006.4.01.3600

Embargos Infringentes 2006.36.00.003935-6/MT

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Quarta Seção – Município. Multa administrativa. Desnecessidade de inscrição no Conselho Regional de Farmácia. Desnecessidade de permanência de profissional farmacêutico. Fiscalização de dispensários de medicamentos de hospitais, postos médicos, clínicas e casas de saúde, 62

Embargos Infringentes em Apelação Cível 0052728-52.2010.4.01.9199/MG

Relator: Juiz Federal Klaus Kuschel (convocado)

Primeira Turma – Aposentadoria por invalidez. Incapacidade total para o trabalho. Perícia médica. Suspeição e impedimento. Código de Ética do Conselho Federal de Medicina. Vedação para funcionar como perito, 66

Apelação Cível 0019280-20.2012.4.01.9199/PI

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Segunda Turma – Militar. Estágio de adaptação. Indeferimento de matrícula. Longevidade da transgressão. Perpetuação de seus efeitos. Ausência de proporcionalidade e razoabilidade na situação. Pedido para ingresso no quadro especial de terceiros-sargentos. Admissibilidade, 67

Numeração única: 0004297-73.2009.4.01.3200

Apelação/Reexame Necessário 2009.32.00.004365-3/AM

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Segunda Turma – Ação civil pública. Servidor público. Provimento derivado. Inconstitucionalidade. Efeito *ex nunc*. Princípios da boa-fé e da segurança jurídica, 72

Numeração única: 0082171-49.2000.4.01.0000

Apelação/Reexame Necessário 2000.01.00.095930-9/DF

Relatora: Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu (convocada)

Terceira Turma – Tráfico internacional de seres humanos. Exploração sexual de mulheres. Art. 231, § 2º, do Código Penal, 80

Apelação Criminal 0000451-35.2011.4.01.3311/BA

Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto

Terceira Turma – Lavagem de capitais. Crime instantâneo de efeito permanente. Anterioridade e irretroatividade, 86

Numeração única: 0001441-73.2008.4.01.3200

Apelação Criminal 2008.32.00.001465-9/AM

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Quarta Turma – Improbidade administrativa. Empregado da ECT. Omissão no dever de cuidado sobre o numerário. Fraude em operação bancária, 90

Numeração única: 0004904-46.2006.4.01.3603

Apelação Cível 2006.36.03.004927-3/MT

Relator: Juiz Federal Klaus Kuschel (convocado)

Quarta Turma – Advogado. Causa trabalhista. Patrocínio infiel. Competência. Justiça Federal. Nova vara federal. Criação após o recebimento da denúncia. *Perpetuatio jurisdictionis*, 97

Numeração única: 0001451-66.2003.4.01.3500

Apelação Criminal 2003.35.00.001428-7/GO

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Quinta Turma – Ação monitória. Aluguel de veículo para transporte de indígenas e servidores do posto da Funai. Ausência de pagamento, 107

Numeração única: 0002158-14.2006.4.01.3311

Apelação Cível 2006.33.11.002167-3/BA

Relator: Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros (convocado)

Quinta Turma – Período da ditadura militar. Indenização por dano moral. Responsabilidade objetiva do Estado, 112

Numeração única: 0043684-48.2007.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2007.34.00.043995-1/DF

Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins (convocado)

Sexta Turma – Reintegração. Anistia. Vereador. Art. 8º do ADCT. Art. 398 do CPC, 122

Numeração única: 0000448-86.2007.4.01.3807

Apelação Cível 2007.38.07.000454-1/MG

Relatora: Juíza Federal Hind Ghassan Kayath (convocada)

Sétima Turma – Embargos à execução. Taxa de ocupação de imóveis administrados pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, 125

Apelação Cível 0001105-04.2007.4.01.3815/MG

Relator: Desembargador Federal Catão Alves

Sétima Turma – Ação anulatória de débito fiscal. Atividade profissional e despesas de tratamento médico. Dúvida sobre a legitimidade das glosas efetuadas. Prova pericial contábil. Necessidade, 128

Apelação Cível 0013043-43.2008.4.01.3400/DF

Relator: Juiz Federal Klaus Kuschel (convocado)

Oitava Turma – Arguição de inconstitucionalidade. Taxa de fiscalização sanitária. Anvisa, 132

Numeração única: 0034152-31.1999.4.01.3400

Apelação Cível 1999.34.00.034204-0/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Oitava Turma – Multa por distribuição de lucros aos sócios. Empresa com débitos perante a Previdência Social. Revogação da penalidade. Retroatividade da lei mais benéfica, 136

Numeração única: 0033984-48.2007.4.01.3400
Apelação/Reexame Necessário 2007.34.00.034127-7/DF
Relator: Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis (convocado)

Primeira Turma Suplementar – Cessão de uso gratuito de imóveis de domínio da União. Taxa de ocupação. Natureza de preço público, 139

Numeração única: 0011283-17.2003.4.01.3600
Apelação Cível 2003.36.00.011252-4/MT
Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

Primeira Turma Suplementar – Mercadorias importadas. Divergência na classificação fiscal. Impossibilidade de apreensão como forma de coação ao pagamento do tributo, 143

Numeração única: 0021968-94.2005.4.01.3800
Apelação Cível 2005.38.00.022169-9/MG
Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

Segunda Turma Suplementar – Reivindicatória de propriedade. Supremacia do interesse público sobre o particular. Desapropriação indireta, 145

Numeração única: 004506-78.2006.4.01.3901
Apelação Cível 2006.39.04.000001-0/PA
Relatora: Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho (convocada)

Terceira Turma Suplementar – Ação popular. Parlamentares da Câmara e Senado. Faltas injustificadas. Informações prestadas por autoridade. Fé pública, 147

Numeração única: 0016303-51.2005.4.01.0000
Apelação/Reexame Necessário 2005.01.00.034101-2/DF
Relatora: Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu (convocada)

Terceira Turma Suplementar – Mandado de segurança coletivo. Empregados da ECT. Sindicato. Substituto processual. Cassação da anistia. Violação ao devido processo legal e a ampla defesa. Intimação anulada, 151

Numeração única: 0034846-97.1999.4.01.3400
Apelação/Reexame Necessário 1999.34.00.034901-9/DF
Relator: Juiz Federal Guilherme Mendonça Doehler (convocado)

Quarta Turma Suplementar – Responsabilidade civil objetiva do Estado. Militar. Acidente em serviço. Danos físicos. Queimaduras durante tratamento médico, 158

Numeração única: 0005723-86.1997.4.01.3800
Apelação Cível 1997.38.00.005743-7/MG
Relator: Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira (convocado)

Quarta Turma Suplementar – Ação popular. Ministério Público. Utilização da gráfica do Senado em benefício de campanha eleitoral de senador. Imprescritibilidade. Lesividade ao patrimônio público e moralidade administrativa comprovados. Ressarcimento ao Erário, 161

Numeração única: 0015712-60.2003.4.01.0000
Apelação Cível 2003.01.00.021693-4/DF
Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Quinta Turma Suplementar – ITR. Valor da terra nua fixado por ato da SRF. Possibilidade. Presunção *juris tantum* que pode ser elidida por perícia, 164

Numeração única: 0011918-82.2000.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 2000.38.00.011999-8/MG

Relator: Juiz Federal Wilson Alves de Souza (convocado)

Quinta Turma Suplementar – Devedor. Prova de falecimento com base em declaração de síndica. Espólio. Determinação de regularização. Não cumprimento em prazo razoável. Exclusão do espólio. Possibilidade de reinclusão. Liberação do veículo arretado, 167

Numeração única: 0009242-81.2001.4.01.0000

Agravo de Instrumento 2001.01.00.013204-1/BA

Relator: Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos (convocado)

Sexta Turma Suplementar – Estado do Acre. INSS. Acordo de prorrogação de pagamento. Anulação de acordo sem regular processo administrativo. Expedição de certidão positiva de débitos com efeito de negativa, 170

Numeração única: 0002049-02.2002.4.01.3000

Apelação/Reexame Necessário 2002.30.00.002047-1/AC

Relator: Juiz Federal Náiber Pontes de Almeida (convocado)

Sexta Turma Suplementar – Depósito de óleo diesel. Utilização em favor da frota de veículos de município, nos termos da autorização previamente concedida. Obrigação de restituição pelo prefeito e pelo município, 172

Numeração única: 0003224-68.1998.4.01.4100

Reexame Necessário 1998.41.00.003230-2/RO

Relator: Juiz Federal Fausto Mendanha Gonzaga (convocado)

Sétima Turma Suplementar – Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal. Legitimidade ativa *ad causam*. Encargos instituídos pela Lei 10.348/2002 sobre o consumo de energia elétrica, 174

Numeração única: 0011560-49.2002.4.01.3800

Apelação Cível 2002.38.00.011523-2/MG

Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins (convocado)

Sétima Turma Suplementar – Embargos à execução. Auto de infração. Multa trabalhista, 178

Numeração única: 0000472-11.2002.4.01.3801

Apelação Cível 2002.38.01.000360-6/MG

Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins (convocado)

Decisões Monocráticas

181

Policial rodoviário federal. Recondição. Ausência de sucesso na nova empreitada, 181

Agravo de Instrumento 0068598-21.2012.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Agravo de instrumento. Direito ambiental. Pedido de atribuição de efeito suspensivo a recurso especial, 185

Medida Cautelar Inominada 0016898-69.2013.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Consórcio. Regularização de débitos fiscais e trabalhistas. Participação em certame licitatório, 188

Agravo de Instrumento 0005652-76.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Restabelecimento do pagamento do benefício de pensão civil por morte, suspenso por determinação do Tribunal de Contas da União, 191

Agravo de Instrumento 0013518-38.2013.4.01.0000/RO
Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Interdito proibitório. Pedido de abstenção da União de praticar qualquer ato tendente a molestar a posse sobre o imóvel discutido, 193

Agravo de Instrumento 0008353-10.2013.4.01.0000/PA
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Bloqueio de matrícula de imóvel rural e reintegração da posse da área em nome do Incra, para fins de reforma agrária, 194

Agravo de Instrumento 0050230-61.2012.4.01.0000/PA
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Suspensão de efeitos de acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União. Conclusão pela irregularidade da aplicação de recursos federais repassados a município pela Caixa Econômica Federal, 197

Agravo de Instrumento 0047532-82.2012.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

PoliciaI rodoviário federal. Remoção para a localidade de classificação em concurso público, independentemente da aplicação de regra de limitador de saída regional, 200

Agravo de Instrumento 0013277-64.2013.4.01.0000/DF
Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Reinclusão no Parcelamento Especial – Paes. Expedição de certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, 202

Agravo de Instrumento 0006750-96.2013.4.01.0000/MG
Relator: Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis (convocado)

JEFs em Revista

207

Repetição de indébito. Militar. Contribuição ao Fundo de Saúde da Aeronáutica (Funsa), 207

Numeração única: 0034021-66.2007.4.01.3500
Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2007.35.00.708650-8/GO
Relator: Juiz Federal Waldemar Cláudio de Carvalho

Benefício de aposentadoria rural por idade. Condição de segurado especial. Comprovação do exercício de atividade rural, 209

Numeração única: 0014342-10.2008.4.01.3900
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 2008.39.00.702454-9/PA
Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Benefício de aposentadoria por invalidez. Comprovação da incapacidade laboral. Inexistência antes do reingresso ao Regime Geral de Previdência Social, 211

Numeração única: 0032346-61.2009.4.01.3900
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 2009.39.00.702867-3/PA
Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Benefício assistencial. Incapacidade temporária. Preenchimento dos requisitos legais exigidos, 212

Numeração única: 0013167-78.2008.4.01.3900

Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 2008.39.00.700915-9/PA

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Breviário

213

Ação rescisória. Processo administrativo disciplinar. Aplicação irregular de dinheiro público afastada pelo acórdão rescindendo. Aplicação de pena mais severa. Inexistência de motivação e de fundamentação. Violação ao art. 130 da Lei 8.112/1990.

Estelionato. Sonegação fiscal. Sudam. Finam.

Medida cautelar originária contra decisão monocrática proferida em apelação. Pendência de recursos. Impropriedade da via.

Aposentadoria rural por idade. Elevado nível econômico comprovado. Art. 17 do CPC. Litigância de má-fé. Comprovação. Assistência judiciária indeferida.

Cancelamento dos precatórios originalmente expedidos em razão da inexistência de título executivo. Possibilidade. Matéria de ordem pública. Pagamento restrito às parcelas incontroversas.

Aposentadoria rural por idade. Execução provisória autônoma. Via processual inadequada. Princípio do juiz natural. Decisões conflitantes.

Servidor. Aposentadoria por invalidez. Invasão do mérito administrativo não configurada. Independência das instâncias. Proventos integrais. Princípio da congruência.

Servidor público. Auxílio-transporte. Deslocamento intermunicipal. Pagamento do benefício mediante exigência de apresentação do bilhete de passagem. Ilegalidade.

Crime contra a honra de menor praticado via internet. Pornografia infantojuvenil. Competência da Justiça Federal.

Ação civil pública. Contrato de incorporação imobiliária. Pagamento indevido. Ressarcimento ao Erário. Imprescritibilidade. Despesas com *marketing*, *stand* de vendas e gerenciamento do condomínio civil. Inclusão como execução de obras. Impossibilidade.

Fraude. Rede mundial de computadores. Internet. Tipificação. Furto qualificado. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade.

Tráfico. Desacato. Prisão preventiva. Laudo pericial. Trancamento da ação penal.

Desapropriação indireta. Parque Indígena Xingu. Indenização. Ausência de benfeitorias. Restituição de Imposto Territorial Rural. Competência do Incra.

Estelionato. Cessão do direito de posse. Assentamento rural. Reforma agrária. Permuta de área cedida. Invasão de terras públicas.

Processo seletivo de universidade federal. Princípios da Administração Pública. Inexistência de comprovação de conduta ímproba.

Trancamento de inquérito policial. Hipótese excepcional. Incompetência da Justiça Federal. Discussão acerca da atribuição funcional entre as Polícias Federal e Estadual.

- FGTS. Recolhimento de contribuições por agência reguladora em relação a contrato temporário firmado pelas disposições da Lei 8.745/1993.
- Depósito popular. Conta aberta em 1954. Não recadastramento. Imprescritibilidade. Correção monetária. Absorção do valor pela inflação.
- Omissão do Incra. Consolidação tácita dos efeitos do contrato de alienação de terras públicas.
- Ação reivindicatória. Área doada pelo Estado de Goiás à Universidade Federal de Goiás – UFG. Alegação de posse ilegal por terceiros. Pretensão de retirada dos réus e restituição dos imóveis.
- Ensino superior. Antecipação de graduação. Excepcional desempenho acadêmico. Posse em cargo público de nível superior iminente. Possibilidade.
- Legitimidade da inclusão do ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a Cofin.
- Alienação judicial de bem duplamente penhorado. Destino do valor apurado. Concurso de preferência. Prioridade da União.
- Retenção de mercadoria estrangeira por indícios de falsidade de documento.
- Operações de arrendamento mercantil. Faturamento sujeito à incidência das contribuições para o PIS e para a Cofins.
- Multa decorrente de lançamento de efluentes. Nova autuação antes da apreciação da defesa. Diversidade de autuações. Inexistência de *bis in idem*.
- Servidor público federal. Contagem de tempo de serviço. Direito de retorno às atividades para complementar o período necessário à obtenção da aposentadoria integral.
- Comunicação dos atos de concentração. Inexigência. Ilegalidade da multa.
- Inexistência de cessão de mão-de-obra. Inaplicabilidade do art. 31 da Lei 8.212/1991. Compensação do indébito tributário.
- Impenhorabilidade de bem de família. Lote de terreno de registro único. Desmembramento. Divisibilidade. Inocorrência.
- Benefício ou incentivo fiscal. Insumos previstos na legislação de regência do IPI. Matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem utilizados no processo produtivo.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência 233

Instruções Editoriais 235